

A 6 Política

GAZETA DE ALAGOAS, 25 de abril de 2015, Sábado

JUDICIÁRIO. Discussões contaram com a presença de diversos integrantes da magistratura nacional

Seminário no TJ reúne autoridades da Justiça no País

Evento serviu para discutir o interesse público e o interesse privado do ponto de vista do Direito; ministros do STJ e juízes acompanharam os debates

ELISA AZEVEDO
REPÓRTER

Maceió sediou, durante todo o dia de ontem, o Seminário Direito Administrativo Moderno: Interesse Público x Interesse Privado sob a ótica dos Direitos Fundamentais, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) em parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e que teve

como coordenador científico o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins.

A ação aconteceu no Plenário da sede do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) e contou com a participação de autoridades nacionais, locais, operadores do direito e estudantes.

“É com muita honra que realizamos este seminário em Maceió, capital de Alagoas, estado gerador de grandes pensadores, tais como o escritor Graciliano Ramos, o dicionarista

Aurélio Buarque de Holanda e o jurista Pontes de Miranda”, disse o ministro do STJ Humberto Martins, durante a abertura da solenidade, ladeado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Washington Luiz Damasceno, pelo governador Renan Filho (PMDB) e pelo presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado Luiz Dantas.

O encontro visou à capacitação dos magistrados e servidores da Justiça Federal, além de fomentar o debate sobre o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, os Direitos Fundamentais e os legítimos interesses privados, como também a evolução histórica, doutrinária, ju-



Seminário reuniu a cúpula dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário

risprudencial e legislativa dos institutos envolvidos.

“Os imperativos dos Estados Democráticos de Direito modernos exigem que o Poder Público tenha como objetivo maior preservar os direitos fundamentais, sendo que, em relação ao Direito Administrativo, as suas influências tornam-no mais um conjunto de normas protetivas do cidadão do que um repositório legal de Poderes do Estado”, afirmou o ministro Humberto Martins.

Ainda segundo o minis-

tro, a discussão não se trata de desconstruir a supremacia do interesse público, e sim fazer respeitar e integrar essa supremacia na defesa dos objetivos fundamentais da constituição. “O equilíbrio entre os direitos fundamentais, interesses públicos e interesses privados deve ser perseguido sem que dogmas sejam impostos, mas apenas, e tão somente, havendo regras que comportem exceções”, ressaltou o ministro, lembrando que este evento é a sua última sessão como diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF).

Para o diretor jurídico da Organização Arnon de Mello (OAM), Djalma Mello, o evento que trata sobre o Direito Administrativo é fundamental para o estado. “A presença do judiciário federal e dos tribunais superiores em massa, aqui, é importante para os juízes alagoanos, advogados e estudantes de Direito. Esta troca de experiência é de suma importância para o Estado de Alagoas. Pois teremos a oportunidade de tomar conheci-

mento in loco das informações prestadas pelos melhores da magistratura pátria, presentes no nosso estado. O evento é muito lucrativo para todos nós”, pontuou.

A solenidade contou com a presença do presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão; do presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho; do desembargador federal presidente do TRF da 5ª Região, Marcelo Navarro; do juiz federal André Luís Maia Tobias Granja; do presidente da OAB da Seccional de Alagoas, Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim; e do presidente da Ajufe, Antonio César Bochenek.

Além do ministro Humberto Martins, o seminário teve como palestrantes: o ministro do STJ, Mauro Campbell; ex-ministro do TSE e professor aposentado da Universidade de Brasília, Roberto Rosas; ministro do STJ, Raul Araújo; professora, mestra pela UFAL e advogada, Fernanda Marinela, e o ministro do STJ, Napoleão Nunes Maia Filho. ☉



Auditório central do Tribunal de Justiça ficou lotado para o evento